

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Uma fatura de R\$ 286 milhões	2
Título: 'Petrobras pode ter de vender a BR por menos do que vale'	3
Título: A joia da coroa	6
Título: Após gastos de R\$ 292 milhões, programa de qualificação para	7
Título: Nota.....	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Crise política reduz projeção de consumo de energia livre	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Em nova fase, OGX busca sócio estratégico	11
Título: Noruega tenta entender o Brasil para ampliarem parcerias	13
Título: Plano da Cemig derruba ações da Light.....	15
Título: Não é hora de desacelerar o programa de concessões	17
Título: Curtas	18
Título: Destaques	18
Título: Municípios podem ter nova Cide	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Uma fatura de R\$ 286 milhões**

Suspensão de obras no setor de petróleo deixa rastro de dívidas e máquinas estocadas na indústria

A suspensão de obras e contratos pela Petrobras nos últimos três anos deixou um rastro de dívidas, inadimplência e equipamentos estocados em pátios de fábricas sem destino certo. Segundo a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), as dívidas de empresas da cadeia de óleo e gás somam R\$ 286 milhões.

Deste total, R\$ 198,6 milhões referem-se a equipamentos já entregues, como os de algumas unidades do Comperj e os da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, além de peças para plataformas e fábricas de fertilizantes. Outros R\$ 87,3 milhões ainda não foram sequer faturados. A conta em aberto volta à tona no momento em que o setor de máquinas está prestes a lidar com índices menores de exigência de conteúdo local nos leilões de petróleo marcados para o segundo semestre.

O segmento já tinha sentido os efeitos da queda do preço do petróleo no mercado internacional e da revisão de investimentos da Petrobras após a Lava-Jato. A puxada de freio da Petrobras significou passar de um plano de negócios que previa investimentos de US\$ 236,7 bilhões de 2013 a 2017 para uma previsão de US\$ 74,1 bilhões no período de 2017 a 2021.

Segundo Alberto Machado, diretor executivo de Petróleo e Gás da Abimaq, não é possível repassar os equipamentos a outros clientes em razão dos contratos existentes. Nos últimos seis anos, o setor de máquinas perdeu cerca de 88 mil empregos diretos, passando de 380 mil postos de trabalho em 2011 para 292 mil em abril. O setor naval vive momento similar: dos 40 estaleiros que existiam no país, 12 já estão paralisados e dos 82 mil empregos diretos até 2014 restam cerca de 30 mil.

CONTEÚDO LOCAL POLÊMICO

A crise teve um efeito em cascata. Além da restrição de recursos da Petrobras para dar continuidade a projetos, que tiveram de ser suspensos ou cancelados, muitos fornecedores e empresas contratadas para executar serviços estavam envolvidas em irregularidades e acabaram excluídas das licitações da estatal. Recentemente, a estatal passou a contratar serviços no exterior. O caso mais emblemático é o do navioplataforma (FPSO) de Libra, no pré-sal.

A justificativa era a existência de preços de fabricantes locais 40% superiores ao esperado. O consórcio, operado pela Petrobras, e que conta também com Shell, Total, CNPC e CNOOC, solicitou à Agência Nacional do Petróleo (ANP) a liberação do cumprimento do percentual médio de 55% de conteúdo local no projeto.

Já as entidades de classe argumentam que não foram procuradas pela Petrobras para fazer a projeção de custos e que têm condições de oferecer preços competitivos. Nos próximos leilões, o índice de conteúdo local na exploração de campos em mar em profundidade superior a cem metros será de 18%. A etapa de desenvolvimento da produção terá índices de 25% na construção do poço, 40% no sistema de coleta e 25% na plataforma.

O percentual abrange produtos e serviços. A indústria argumenta que esse patamar para plataformas pode ser alcançado somente com a realização de serviços gerais, sem a contratação de um parafuso no país. — A engenharia de um projeto representa cerca de 5% de uma plataforma. A empresa que for contratada pela Petrobras vai fazer o projeto de engenharia lá fora — afirma Nelson Romano, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), lembrando que 50% dos cinco mil engenheiros associados estão desempregados ou exercendo atividades como motorista de Uber.

Para Edmar Almeida, do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, o debate deveria ser centrado não em percentuais, mas numa política industrial que promova o desenvolvimento: — Não se trata de discutir percentuais de conteúdo local porque isso envolve interesses comerciais de petroleiras e fornecedores e a discussão fica restrita. É preciso discutir uma política que busque conteúdo local associado a desenvolvimento tecnológico e inovação.

Em nota, a Petrobras reafirma sua disposição de contratar no Brasil suas encomendas desde que os fornecedores apresentem preços competitivos e entreguem as obras no prazo previsto, de acordo com critérios de qualidade e especificações técnicas. A estatal ressalta que "a adoção de percentuais mais próximos da capacidade do mercado fornecedor garante maior previsibilidade de cumprimento dos requisitos de conteúdo local, atraindo mais investimentos para a indústria como um todo".

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck

Título: 'Petrobras pode ter de vender a BR por menos do que vale'

Entrevista Bruno Paiva

Para representante dos trabalhadores no conselho, estatal terá de garantir em contrato a venda de combustível para a distribuidora. Ele defende que a melhor solução é fazer um lançamento de ações

O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da BR, Bruno Paiva, defende que a melhor saída para a subsidiária da Petrobras é o lançamento de ações em Bolsa (IPO, na sigla em inglês), no lugar da venda do controle a um novo sócio. O técnico, que está no quadro da empresa desde 2003, avalia que há risco de a empresa ser vendida por montante mais baixo que o seu valor.

Qual é o melhor caminho para a BR neste momento?

Com certeza, um IPO. Tem a vantagem de trazer dinheiro para o caixa da Petrobras logo, talvez ainda em 2017. E pode ser feito de forma escalonada.

Existe condição de fazer um IPO vantajoso?

Sim. Temos o exemplo da Siemens. Ela também teve um escândalo de corrupção no passado e, hoje, é exemplo de governança e transparência. A Petrobras já recuperou parte de sua imagem. A empresa tem um vínculo grande com a população. Quando a gente começa a mostrar que está trabalhando para acabar com a corrupção, a melhora da imagem ocorre muito rápido. O momento que o país passa também ajuda, porque a gente está fazendo uma limpeza.

Mas o plano da Petrobras é encontrar um sócio...

Sou contra a venda porque, no formato que estão modelando hoje, no cenário atual do país, isso não vai atender ao interesse público da empresa. Antes de pensar num desinvestimento de determinadas empresas do sistema Petrobras, a gente precisaria primeiro estruturar o país em ativos logísticos, pensar no escoamento da produção das refinarias, em dutos, ferrovias, melhorar a estrutura portuária e as estradas. Ter um ambiente regulatório que estimule a concorrência. Antes disso, a gente vai acabar trocando um monopólio público por um privado.

E quais seriam as consequências disso?

O país não está preparado para enfrentar um mercado tão concentrado nas mãos de poucos operadores privados. Já vimos que a política de campeões nacionais não funcionou muito bem.

Mas qual é o modelo de venda que será usado para a BR?

O plano de desinvestimento não tem um modelo fechado. O que temos é o modelo de julho de 2016, que seria vender uma participação minoritária no

capital total da companhia. Ele seria dividido entre ações preferenciais (sem direito a voto) e ordinárias (com voto). A Petrobras seria majoritária nas preferenciais e o novo sócio, nas ordinárias. Assim, a empresa deixaria de ser estatal e a Petrobras, sendo majoritária nas ações preferenciais, receberia mais dividendos dessa nova BR.

A Petrobras não poderia negociar um acordo de acionistas que preserve a concorrência?

Sim. A gente imagina que a Petrobras vai fazer um acordo de acionistas, que deve ter algum tipo de acerto para que a BR continue comprando combustível da Petrobras. Mas o mercado mundial de combustível está mudando e, cada vez mais, as refinarias estrangeiras são maiores, mais eficientes e mais agressivas quanto à exportação. Elas teriam acesso à BR e poderiam impactar o refino e o suprimento. A Petrobras poderia colocar uma cláusula que impedisse esse tipo de negociação. Mas seria bem provável que um minoritário conseguisse, via arbitragem, buscar o equilíbrio do contrato, permitindo que a empresa comprasse de quem quisesse. Essa cláusula também daria uma redução no preço. A Petrobras pode ter de vender a BR por menos do que a empresa vale.

Qual seria o horizonte para a venda da BR hoje?

O processo de venda de ativos é demorado. A conclusão do negócio pode levar de um a dois anos, principalmente com essa orientação do Tribunal de Contas da União. É preciso aprovar o projeto, o modelo de negociação, montar um teaser (alerta), comunicar o mercado, esperar os interessados, marcar propostas não vinculantes. Depois vêm as propostas vinculantes e a negociação. Depois passa para aprovação e fechamento. O TCU também disse que após o processo, a Secretaria de Controle Externo pode fazer mais uma análise individualmente. Ou seja, depois de tudo isso pode voltar para o TCU. Nessa brincadeira, o horizonte pode chegar a três, quatro anos ou mais. Ou seja, provavelmente na atual gestão eles não conseguem fechar a venda.

Como a crise afeta a BR?

Primeiro, a crise política trava a economia e os investimentos. Uma empresa como a Petrobras tem como principal cliente a indústria. Se ela não se desenvolve, não investe, e a Petrobras não tem para quem vender.

Após a Lava-Jato, que empresa está sendo oferecida ao mercado agora?

Não tem como negar que essa crise afetou tanto a BR quanto a Petrobras. Certamente vai se entregar uma empresa afetada pela corrupção, mas certamente quem comprar vai ver o potencial, e isso deve ser um ganho muito grande.

Quanto a BR encolheu?

Ela sofreu impacto da queda do PIB e dos escândalos da Lava- Jato. A gente reduziu nossa participação de mercado em 11%. Tínhamos 34% e isso caiu para 30% agora. Cada ponto percentual (de market share) equivale a R\$ 1 bilhão. A BR chegou a ter 35% de market share, e nosso plano de negócios prevê voltar a 34%. Hoje, estamos com 29%, 30%. Mas ela não seria vendida por isso, até porque teríamos que descontar a dívida, que está no balanço, e é de R\$ 9 bilhões. Eles teriam que ser descontados nos R\$ 30 bilhões. Ou seja, esse valor pode virar R\$ 20 bilhões.

As Lojas Americanas estão interessadas na BR. Faz sentido?

Faz. A estratégia dessas empresas é investir pesado em loja de conveniência. Eles têm um ganho logístico porque têm maior participação no mercado. Para a BR é importante ter uma loja dentro dos postos. São quase 1.500 lojas que atraem movimento para o posto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: A joia da coroa

Distribuidora de combustíveis é um dos principais ativos da estatal à venda

Até o fim de 2018, a Petrobras pretende levantar US\$ 21 bilhões com a venda de ativos. O objetivo é reduzir a dívida bilionária a fim de equacionar as contas da companhia e viabilizar seu plano de investimentos, que prevê aportes de US\$ 74,1 bilhões no período de 2017 a 2021.

A meta de desinvestimento é alta e a lista de projetos, heterogênea: inclui desde a BR Distribuidora, que, com uma rede de oito mil postos em todos os estados, é apontada pelos analistas como a joia da coroa, até campos de petróleo em terra e em águas rasas e empreendimentos que ficaram longe do retorno esperado, como a refinaria de Pasadena, no Texas — alvo de investigação na Operação Lava-Jato — e os ativos na África.

Desde março, a Petrobras agora segue os ritos acordados com o Tribunal de Contas da União (TCU), para dar mais transparência ao processo. Em dezembro, o tribunal havia suspenso as operações após avaliar que havia risco de favorecimento. Agora, a comunicação de venda e o trâmite para aprovação sofreram mudanças. A empresa tem de informar ao mercado que determinado ativo está à venda, embora ainda possa convidar eventuais interessados.

Desta forma, estaria garantido o acesso de outros investidores na disputa. Além disso, será necessária a aprovação da diretoria executiva no início de cada etapa relevante da transação. Em entrevista ao GLOBO em março, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que a venda de ativos não é escolha, mas uma necessidade para a empresa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Após gastos de R\$ 292 milhões, programa de qualificação para

As apostas em uma nova queda do Produto Interno Bruto (PIB) neste segundo trimestre são precipitadas.

Prominp formou cem mil pessoas, mas demanda ficou abaixo do previsto

Lançado na década passada, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) consumiu R\$ 292 milhões em gastos no período de 2007 a 2013 com a formação de quase cem mil trabalhadores qualificados. Segundo Márcio Félix, secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, o Prominp parou desde 2014 após os desdobramentos da Operação Lava-Jato e o agravamento da crise financeira da Petrobras.

— Desde fins de 2014 o Prominp entrou em estado de hibernação devido à situação. Estamos trabalhando para que o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva (Pedefor) absorva o Prominp. Talvez o programa não volte a funcionar com esse nome, mas tem muita coisa boa que foi feita — disse Félix. A mudança de cenário no setor de petróleo pegou de surpresa empresas, profissionais e estudantes.

O jovem Gabriel Fonseca Peixoto, de 25 anos, se formou em engenharia de petróleo em 2014. Ele foi atraído pela perspectiva de crescimento da atividade de óleo e gás no país, mas concluiu o curso justamente no ano em que o segmento mergulhou na crise. Sem vagas na área, Gabriel fez um curso de inglês no exterior e, na volta, um de salvação (resgate), fundamental para um futuro emprego em plataforma:

— Desde adolescente sonhava entrar para o setor de petróleo. Todos diziam que era a carreira do futuro. Está muito difícil conseguir trabalho nessa área, mas não desisto. Tenho esperança de que os investimentos serão retomados com os leilões programados para este ano.

COMPRAS DA MARINHA

No setor naval, há 12 estaleiros paralisados. A situação é mais complicada para empreendimentos de grande porte voltados para a construção de plataformas ou sondas que seriam contratadas pela Petrobras, o que acabou não vingando. — Foram feitos muitos investimentos com recursos públicos do Fundo de Marinha Mercante — disse Sérgio Bacci, vice-presidente do Sinaval.

Uma das saídas pode vir da Marinha, que pretende renovar parte da frota. Negociações estão em curso com estaleiros de médio porte. Segundo Bacci, serão dez novas corvetas e de 30 a 40 navios de patrulha, que poderão render encomendas de US\$ 2,5 bilhões para os próximos anos até 2022.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: George Vidor

Título: Nota

O efeito da boa safra agrícola, que fez a economia brasileira apresentar a primeira variação positiva (1%) de um trimestre para o outro, é semelhante ao de uma pedra jogada no meio do lago. O movimento causado na água vai se espalhando até chegar à margem.

Quem acompanha a economia do país com afinco há anos sabe bem que o câmbio estabilizado no patamar adequado acaba proporcionando esse efeito. E a redução das taxas de juros é um acelerador desse processo. As apostas numa nova variação negativa do Produto Interno Bruto no segundo trimestre são precipitadas.

Subestimam o impacto da liberação dos saldos de contas inativas do FGTS sobre o consumo e o investimento. Nesse terreno dos palpites, espera-se que as vendas para o Dia dos Namorados neste mês de junho sejam melhores que as do ano passado.

Em abril, a produção da indústria como um todo cresceu (sinal de que os industriais estão trabalhando com um horizonte de incremento nas vendas). No setor de óleo e gás, que ainda é uma das locomotivas da economia brasileira, os ventos voltaram a soprar a favor.

O campo gigante de Libra, na Bacia de Santos, começa a produzir oficialmente em julho. Lideradas pela Petrobras, as empresas que participam do consórcio estão animadas. O uso combinado de novas tecnologias caminha para que o ponto de equilíbrio do investimento em Libra caia para US\$ 35 o barril, bem abaixo das cotações atuais do mercado internacional de petróleo.

Pedro Parente, presidente da Petrobras, confirma que em 2018 as obras de conclusão da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj, em Itaboraí, já estarão em andamento. A empresa precisa que a unidade esteja funcionando, no mais tardar, em 2019. Mesmo com esse ambiente político conturbado, tudo indica que as rodadas de licitação de campos de petróleo serão um sucesso (especialmente o leilão de campos do pré-sal), com o retorno ao país das companhias peso pesado do setor.

O desafio agora é resolver a confusão da política, aprovar as reformas no Congresso e continuar com a grande faxina iniciada no processo do mensalão e em seguida com a Operação Lava-Jato. Foice no escuro. As delações relacionadas ao grupo JBS expuseram mais um problema grave da economia brasileira, que abre largo espaço para a corrupção.

Os estados cobram diferentes alíquotas de ICMS sobre produtos que são transportados de uma unidade federativa para outra. No caso da gasolina comum, o Estado do Rio cobra 34%, o Espírito Santo, 27%, São Paulo, 25% e Minas Gerais, 29% (em breve, a alíquota lá subirá para 31%).

Se a distribuidora transporta a gasolina de um estado que tem refinaria, e onde é cobrada uma alíquota mais alta, e leva para outro que não tem refino e cobra menos ICMS, a empresa fica com um crédito tributário correspondente à diferença entre as alíquotas.

Só no caso do depauperado Estado do Rio, as distribuidoras de combustíveis que se comportam como manda o figurino (sim, porque há outras que sonegam descaradamente), o crédito tributário acumulado este ano passa de R\$ 320 milhões apenas nessa atividade. É dinheiro que o Estado tem de devolver ao contribuinte ou descontar de futuros pagamentos.

Como, se não tem em caixa recursos para pagar os salários dos servidores em dia? Pelo que se viu no caso das delações da JBS, a liberação desses créditos muitas vezes fica condicionada ao pagamento de propinas e/ou contribuições para campanhas de políticos envolvidos com os governos estaduais. Quem contribui, tem a liberação acelerada.

Tudo isso é um absurdo, mas o problema maior está nesse festival de alíquotas de ICMS. Dá para imaginar como é o comércio de combustíveis nas regiões próximas às divisas dos estados. Uma enorme confusão. São Paulo, que tem as alíquotas mais baixas do país (25% para gasolina e 12% para o etanol) nada de braçadas nessa história, pois praticamente não tem crédito tributário para liberar.

Talvez por isso seja a unidade da federação mais resistente à reforma tributária que tanto se deseja para o ICMS. Os estados se tornaram muito dependentes da arrecadação de ICMS incidente sobre distribuição de energia elétrica, combustíveis e serviços de telecomunicações. Em várias unidades federativas esses três itens respondem por dois terços da arrecadação de ICMS. Então é quase uma briga de foice no escuro.

O racional seria unificar as alíquotas, ou que as diferenças entre elas fossem quase irrelevantes. Mas como conseguir se chegar à racionalidade nesse nosso mundo político tão conturbado? E ainda há mais um complicador.

Estima-se que na região Sudeste e no Paraná o grau de sonegação de impostos com combustíveis seja da ordem de R\$ 3 bilhões anuais (chegou a ser de R\$ 10 bilhões), porque há empresas que se aproveitam de liminares, brechas ou sonegam mesmo descaradamente.

No Rio de Janeiro há um caso escandaloso que merecia uma Operação Lava-Jato específica, tamanha a desfaçatez como o problema é conduzido nas diferentes esferas de poder. Isso em um mercado que encolheu 4% nos últimos doze meses. O Brasil chegou a comercializar 138 bilhões de litros de combustíveis. Agora, anda na casa de 128 bilhões por ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Crise política reduz projeção de consumo de energia livre

A instabilidade política no país diminuiu as previsões de consumo de energia elétrica, segundo comercializadoras do mercado livre, que fazem contratos de longo prazo a um preço fixo.

No início do ano, o setor esperava um aumento de demanda a partir do segundo semestre, mas, agora, avalia que ficará estável, afirma Paulo Toledo, sócio da Ecom.

"Algumas empresas terão sobras em relação ao que já foi contratado", diz ele.

A Compass, que previa um leve ajuste a partir do ano que vem, reduziu sua expectativa para uma estabilidade em 2018, segundo afirma o sócio Paulo Mayon.

"A crise baixou o otimismo a longo prazo."

No caso da Comerc, os acordos têm flexibilidade de 10% para cima ou para baixo, o que deve ser suficiente para cobrir eventuais variações, de acordo com o presidente da empresa, Christopher Vlavianos.

Nos primeiros quatro meses deste ano, a demanda ficou estável (uma alta de 0,3%) em relação a 2016, segundo a comercializadora.

"Com tanta instabilidade, a indústria perdeu a referência na hora de fechar seus contratos futuros. Na dúvida, o cliente não arrisca e contrata próximo ao que consome hoje", diz Toledo, da Ecom.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Em nova fase, OGX busca sócio estratégico

Após entrar com pedido para encerrar seu processo de recuperação judicial, a OGX, joia da coroa do antigo Império X, de Eike Batista, tem pela frente desafios importantes a superar nos próximos meses. Com dificuldades para honrar seus compromissos de investimentos e convivendo com riscos de ter sua única fonte de geração de receitas interrompida já a partir do ano que vem, a petroleira pretende recorrer a um sócio estratégico ou ao mercado de capitais ainda este ano, para levantar recursos que lhe permitam se consolidar como uma empresa sustentável no longo prazo.

Presidente da OGX, Paulo Narcélio conta que, encerrada a recuperação judicial, a primeira prioridade será solucionar a dívida que detém com seus sócios no projeto de Atlanta, na Bacia de Santos, nos próximos 60 dias. O fim da recuperação ainda depende de parecer favorável da Deloitte e aprovação do juiz responsável pelo processo, na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio. Na sexta-feira, o mercado reagiu bem ao pedido de encerramento da recuperação, tendo as ações da OGX subido 35% e as da OGPar, a holding, 56%.

A OGX detém 40% de participação de Atlanta, mas não tem conseguido honrar as chamadas de aporte de capital no desenvolvimento do campo e abriu um processo para venda de uma parte de sua fatia no projeto. Só em 2017, os investimentos estimados pela companhia no desenvolvimento do campo giram em torno de US\$ 50 milhões. Segundo dados da própria companhia, ao fim do primeiro trimestre a petroleira já acumulava uma dívida de R\$ 92,4 milhões com seus sócios (Queiroz Galvão Exploração e Produção e Barra Energia).

"O momento agora é olhar para frente. A preocupação imediata é com o BS-4 [projeto de Atlanta]. Existe um desafio inicial de colocar créditos atrasados com os sócios", afirmou o executivo ao Valor.

Segundo Narcélio, a empresa quer manter entre 10% e 20% da concessão. O executivo conta que a empresa já tem propostas na mesa, mas que o entendimento é que o ativo "valeria mais do que a oferta que está sendo feita". Como plano B, a empresa considera, como alternativa, vender sua fatia de 6,22% na Eneva (antiga MPX) para levantar recursos para quitar os débitos.

Se não equacionar a dívida, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) pode intervir no consórcio e a OGX corre riscos de ter sua participação diluída, comprometendo sua futura geração de caixa.

Para além da venda de ativos, a OGX pretende recorrer a um sócio estratégico ou ao mercado de capitais ainda este ano, para se capitalizar. Narcélio destacou que a companhia quer lançar nos próximos meses uma nova marca para a empresa, com o objetivo de mudar a imagem da petroleira frente ao mercado.

"Resolvida essa situação [fim da recuperação judicial e quitação da dívida com sócios de Atlanta], é olhar para frente, para o longo prazo. Temos a intenção de obter um investidor estratégico ou acessar novamente o mercado de capitais via nova emissão de ações", afirmou.

A capitalização da empresa, de acordo com o executivo, permitirá à OGX investir na revitalização do campo de Tubarão Martelo, no pós-sal da Bacia de Campos, para alongar a vida útil do ativo. Única fonte de receitas da empresa, hoje, Tubarão Martelo produz 7,7 mil barris diários de petróleo, mas sua vida útil, se não forem feitos novos investimentos, se esgota em maio do ano que vem.

Segundo Narcélio, o projeto de revitalização do campo deve exigir investimentos de até US\$ 75 milhões, para alongar sua vida útil até 2021, e permitir uma produção adicional de 7 milhões a 10 milhões de barris, num patamar de 9 mil barris diários. O executivo disse ainda que a intenção é começar a investir a partir de outubro e que a ideia é encontrar uma equação financeira para que o investimento seja pago ao longo da vida útil do projeto. Em 2017, a companhia estima receitas de US\$ 113,4 milhões com a produção de Tubarão Martelo.

"Antes estávamos numa situação que não tínhamos nem tempo, nem dinheiro. Agora [com o fim da recuperação] temos um pouco mais de tempo para conseguir o dinheiro", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | De Oslo**Título: Noruega tenta entender o Brasil para ampliarem parcerias**

O colapso dos preços do petróleo em 2014 e as consequências para a indústria de serviços que se movimentam em torno do setor de petróleo e gás são sentidos em todos os países. Isso ficou claro durante a Nor Shipping, uma feira do setor marítimo que discutiu na capital da Noruega as perspectivas para os próximos anos. A mensagem foi a de que o mundo está cada vez mais digital e não é possível ignorar os efeitos do homem sobre o ambiente. O pesquisador Tony Seba, da universidade de Stanford, avisou aos armadores, por exemplo, que os próximos navios serão movidos a eletricidade.

Em meio a todas essas discussões, o Brasil ganhou um painel exclusivo. Os dois países têm em comum uma indústria de petróleo forte, exploram em águas profundas e ambos desenvolveram tecnologias dedicadas a esse segmento, onde o Brasil sempre foi muito competitivo.

A advogada Camila Cardoso, do escritório Kincaid Mendes Vianna Cardoso, lembra que, no passado, 25% das embarcações de apoio marítimo usadas no Brasil eram de empresas norueguesas. E observa que o fato de ser um país pequeno, com poucos habitantes - pouco mais de 5 milhões contra os 200 milhões de habitantes do Brasil - traz um benefício adicional, que é a possibilidade de essas empresas contratarem brasileiros. "Existem muitos laços, e apesar de toda a crise que afeta as empresas de apoio marítimo e o Rio de Janeiro em particular, devemos estar mais unidos do que nunca, buscando ser mais eficientes", disse Camila.

Olav Wicken, professor do Centro para a Tecnologia, Inovação e Cultura da universidade de Oslo, diz que a Noruega é um exemplo para o Brasil na questão do conteúdo local. Ele afirma que primeiro é preciso entender que ninguém pode fazer tudo sozinho, o que a Noruega aprendeu rapidamente com a crise do petróleo na década de 70. "Inovação em grande escala tem a ver com confiança, e quando se quer desenvolver algo com os outros é mais fácil e mais barato trabalhar junto", afirmou.

Giovani Loss, do escritório Mattos Filho, observa que o Brasil é um dos mercados offshore mais relevantes do mundo, com uma costa gigante e uma produção de petróleo significativa, o que explica a importância do país para a Noruega. "É um mercado consumidor imenso para serviços e produtos noruegueses relacionados à indústria marítima. E a mais recente transação entre a [norueguesa] Statoil e Petrobras demonstra a importância do Brasil para a Noruega", diz Loss, se referindo à aquisição da fatia do campo de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos. A Statoil comprou 66% da Petrobras no campo, em 2016.

Devido à história marítima da Noruega, Loss avalia que o país quer continuar sendo uma referência dessas atividades, tanto nos aspectos tecnológicos, quanto políticos, financeiros e sociais. "A mensagem que sinto para o Brasil é promissora, de muito interesse, mas ao mesmo tempo cuidadosa. Os noruegueses conhecem as dificuldades do Brasil e demandam, de forma muito educada, mudanças que viabilizem ainda mais interação entre os dois países", afirma.

Os brasileiros que participaram da Nor Shipping frisaram que os reflexos da Operação Lava-Jato, maior investigação de corrupção já realizada no país, serão benéficos para o país. Em um evento na Associação de Armadores Noruegueses na quinta-feira, Flávio Valle, vice-presidente da Prumo, disse que as investigações estão testando as ferramentas democráticas disponíveis no país e o Brasil "vai prosperar" no médio e longo prazos.

Foi essa também a mensagem do embaixador do Brasil na Noruega, George Monteiro Prata durante um painel realizado na quarta-feira. Ele pediu aos estrangeiros que vejam o Brasil "sem estereótipos" e além dos clichês como o futebol e o carnaval. Sobre a Lava-Jato, o embaixador disse que a investigação ocorre dentro do quadro legal e jurídico e, mais importante de tudo, "tem o apoio da sociedade brasileira". E isso será importante para quem quiser fazer negócios com o Brasil, apresentado por ele como um país democrático, fácil de fazer negócios e onde há leis.

O presidente do conselho de administração do grupo Siem, Kristian Siem, foi o mais duro com o Brasil, ao dizer que o país "não tem sido fácil nos últimos anos" e pedindo previsibilidade e mais rapidez na tomada de decisões pela Petrobras.

Por sua vez, o executivo norueguês Kjetil Solbraekke, vice-presidente da Rystad Energy para a América do Sul, avalia que o Brasil "perdeu tempo" ao insistir nas regras de conteúdo local, ao invés de tentar ser competitivo. "Espero que a lição tenha sido aprendida e que agora o conteúdo local seja baseado em competência e lógica e não em tentar [fabricar] tudo". Acrescentando que "não há nada errado com a competitividade brasileira", ele afirmou que "a mentalidade do protecionismo não permitiu que o país exportasse produtos".

Solbraekke, que já presidiu a filial brasileira da Statoil e mora no Rio, vê chances de mudanças no país. O executivo disse que o Brasil é um país mais complexo do que a Noruega e alertou os empresários noruegueses para que eles não cometessem o erro de achar que os brasileiros "vão fazer o que nós fizemos". Ele fez questão de realçar que, com o pré-sal, o país tem uma situação única no mundo. "O Brasil é o mais importante, o melhor lugar [para a exploração] de petróleo do mundo", disse.

Entre os desafios apontados por Solbraekke estão a regulamentação e questões tributárias que ainda geram incertezas, enquanto na política a questão é o consenso a respeito de novas eleições e quem será o próximo presidente do Brasil.

A repórter viajou a convite da Innovation Norway

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Plano da Cemig derruba ações da Light

Enquanto os papéis preferenciais da Cemig lideraram os ganhos do Ibovespa no pregão de sexta-feira, as ações da Light - controlada da estatal mineira - recuaram mais de 6%, depois que a companhia revelou seu complicado plano para evitar a estatização da distribuidora carioca.

Em evento para investidores na quinta-feira, a Cemig anunciou que suspendeu - ao menos por enquanto - a oferta subsequente de ações da Light, que iria diluir sua participação e ajudar a resolver o problema da opção de venda do grupo de bancos que é sócio da empresa, que vence em novembro.

Agora, o plano da Cemig é vender a Light Energia, negócio da geração da companhia, para a Aliança Energia - que é uma joint venture entre a própria Cemig e a Vale, na proporção de 45% e 55%, respectivamente. Futuramente, a companhia pode fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO) da joint venture.

A informação foi antecipada pelo Valor em agosto do ano passado, mas as partes negaram na época que isso iria acontecer. Procuradas, a Aliança não foi encontrada e a Vale não se manifestou.

A ideia da Cemig é destravar valor com a venda do ativo de geração da Light. O montante arrecadado pode ajudar a pagar as ações dos bancos. Segundo cálculos do Brasil Plural, a estatal mineira precisa desembolsar, considerando a posição societária atual, cerca de R\$ 1,4 bilhão pelos 8% que o FIP Redentor tem na Light.

Segundo o J.P. Morgan, os termos da transação envolvendo o negócio de geração não ficaram claros ainda, e podem envolver conflitos entre a Light e a Cemig.

Outro fator que ajuda a pressionar as ações da Light é que ainda não está claro como a Cemig vai lidar com o vencimento da opção de venda do FIP Redentor, formado pelos bancos Santander, Banco do Brasil, Votorantim e BTG Pactual.

Caso a Cemig tenha de ficar com toda a participação dos bancos na Light, a empresa carioca seria estatizada, o que poderia desencadear o vencimento antecipado de dívidas. A Cemig tem, atualmente, 43% da Light, entre participações diretas e indiretas.

A venda do segmento de geração vai ajudar a reduzir o valor a ser desembolsado no vencimento da opção, ajudando a Cemig. A estatal mineira deve, então, tentar um acordo com algum dos bancos do FIP Redentor. Se algum deles aceitar permanecer no ativo, ao menos por um tempo, não será concretizada a estatização.

A emissão de ações da Light também não está descartada. Com a venda da empresa de geração, a Cemig pode fazer uma oferta subsequente envolvendo uma diluição menor de sua participação na empresa.

Em março, a Cemig apresentou o plano para fazer a oferta primária de ações, podendo envolver também uma parcela secundária, na qual os sócios poderiam vender parte dos papéis detidos. Com isso, a Cemig iria não apenas diluir a participação na empresa, como também se capitalizar na venda de suas próprias ações. A oferta foi suspensa ao menos por enquanto, devido às condições adversas do mercado, segundo a Cemig.

Outra notícia ruim para a Light foi a decisão em relação à hidrelétrica de Itaocara, que foi arrematada em um leilão pela Cemig e pela empresa carioca. A companhia informou na quinta-feira que deverá devolver a concessão para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), depois de tentar vender o ativo e não obter sucesso.

As incertezas sobre a estratégia para a Light derrubaram as ações da companhia, que caíram 6,39%, a R\$ 19,50. Já as ações preferenciais da Cemig lideraram os ganhos do Ibovespa, e tiveram alta de 2,68%, a R\$ 7,65, refletindo o otimismo dos investidores em relação à divulgação de um plano de venda de ativos e de redução de endividamento.

Pela primeira vez, a Cemig entregou uma meta clara de desalavancagem, e nomeou os ativos que estão colocados à venda.

A companhia, que tem R\$ 4,7 bilhões em dívidas vencendo neste ano, pretende levantar de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões com a venda de ativos até o fim do primeiro semestre do ano que vem. (Colaboraram Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte, e Juliana Machado, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:**Título: Não é hora de desacelerar o programa de concessões**

A súbita mudança de perspectiva na agenda política, causada pela delação premiada do empresário Joesley Batista, da JBS, e pelo consequente enfraquecimento do presidente Michel Temer, provocou apelos da iniciativa privada para a continuidade das reformas econômicas, em especial a da Previdência Social, independentemente do desfecho da crise ou da eventual necessidade de eleições indiretas nos próximos meses. Não importa quem esteja ocupando o Palácio do Planalto, manter um quadro em que 54% das despesas primárias da União destinam-se a aposentadorias e pensões coloca o país no caminho da insustentabilidade. Essa amarra à modernização da economia é reforçada pelo engessamento de leis trabalhistas criadas há mais de sete décadas, que podem ganhar sobrevida com o agravamento da crise e a desarticulação da base aliada.

Da mesma forma que empresários e agentes econômicos têm clamado pela aprovação das reformas, com ou sem Temer no comando do governo, outro consenso se faz igualmente necessário: as concessões na área de infraestrutura precisam continuar.

Sobram exemplos recentes de sucesso na oferta de ativos para o setor privado. A distribuidora goiana de energia Celg-D foi vendida por R\$ 2,187 bilhões - ágio de 28% - à italiana Enel em novembro do ano passado. Sem artificialismos como a presença societária da Infraero ou financiamento subsidiado do BNDES, os quatro aeroportos licitados em março último - Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis - trouxeram ao país renomadas operadoras europeias. Logo em seguida, o leilão de linhas de transmissão terminou com 31 dos 35 lotes arrematados. Cada um foi disputado, em média, por sete empresas ou consórcios. A forte concorrência garantiu um desconto de 36% sobre a receita-teto definida para os investidores.

A parte mais desafiadora do programa de concessões ainda está por vir: distribuidoras de energia altamente deficitárias, rodovias com tráfego relativamente baixo e uma ferrovia que cruza a região amazônica. Na tentativa de romper um tabu, o governo se preparava para privatizar a Codesa, companhia docas responsável pela administração dos portos organizados no Espírito Santo. E já cogitava desestatizar mais aeroportos hoje geridos pela Infraero.

Essa é uma agenda que deve prosseguir. É razoável aceitar que investidores demonstrem menos apetite no curtíssimo prazo e possam pedir taxas de retorno um pouco maiores para mitigar seus riscos imediatos, mas não faz sentido que tenha desaparecido o interesse por projetos de longa duração, cujos contratos

normalmente são de 30 anos ou mais. Além disso, seria um retrocesso ver o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Infraero ou a Valec como alternativas viáveis para duplicar estradas, ampliar aeroportos ou construir uma rede de trilhos minimamente condizente com as necessidades logísticas do país. (...)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Opep vai avaliar cenário

O ministro de Energia da Arábia Saudita, Khalid al-Falih afirmou no sábado que podem ser necessários novos cortes na produção de petróleo, mas que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros grandes produtores irão analisar a situação do mercado em julho. O cartel e países liderados pela Rússia concordaram em maio em estender o compromisso de limitar a produção por outros nove meses, até março de 2018. Um comitê estabelecido para monitorar os cortes deve se reunir em julho, na Rússia.

Ação contra Exxon Mobil

A procuradoria-geral de Nova York alega que a Exxon Mobil pode ter enganado os investidores sobre como contabiliza as alterações climáticas nas suas operações, usando estimativas internas diferentes daquelas que são tornadas públicas. O procurador-geral de Nova York, Eric Schneiderman, disse ter encontrado documentos e outras informações que mostram que o processo da Exxon para estimar potenciais custos de regulação dos gases de efeito estufa "pode ser enganador".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Adicional de insalubridade

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou recurso da Companhia Vale do Rio Doce contra decisão que a condenou ao pagamento de adicional de insalubridade a um laboratorista da Mina de Carajás (PA) com base em prova alternativa. A decisão é da a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (E-RR-223400-

20.2007.5.08. 0114). A dificuldade em conseguir perito para avaliar insalubridade nos laboratórios da mina da Vale em Carajás (PA), no interior da Amazônia, fez com que os julgadores aceitassem como prova o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa. No PPRA, exigido pela Norma Regulamentar 9 do Ministério do Trabalho, as empresas identificam as áreas de risco, periculosidade e insalubridade visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores. No caso da Vale, o PPRA reconhecia que os empregados que trabalhavam no laboratório estavam expostos a riscos físicos mecânicos, ruído, calor e radiações, em função da exposição a máquinas e equipamentos laboratoriais. O juízo da 1ª Vara do Trabalho de Parauapebas (PA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) deferiram o adicional com base no PPRA. A Vale, desde o primeiro grau, vinha contestando a condenação alegando a necessidade de prova técnica para confirmar a insalubridade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial / Transporte urbano

Autor: Marco Antonio Monteiro

Título: Municípios podem ter nova Cide

As prefeituras do país devem ganhar em breve reforço de caixa para investir em novos projetos de transportes em suas cidades. É que foi aprovada por Comissão Especial da Câmara Federal, em 15 de março deste ano, a Proposta de Emenda à Constituição que permite aos municípios e ao Distrito Federal instituir contribuição para custear o transporte público coletivo urbano, como ônibus e metrô, denominada Cide Municipal.

O tributo, que também exigirá criação de lei complementar local, deve incidir sobre a venda a varejo de gasolina, etanol combustível e gás natural veicular. A contribuição, com alíquota a ser definida, entrará na cobrança do preço na bomba do posto de combustíveis. Mas, por ser uma PEC, ainda deverá passar em dois turnos pelo crivo do plenário do Congresso, com quorum qualificado. Para instituir a contribuição, o município deverá ter serviço de transporte público criado e organizado por lei e em favor do usuário. Os recursos arrecadados com a cobrança devem ir para fundo específico.

Segundo o relator na comissão, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), há consenso entre especialistas que as tarifas de transporte público não conseguem sustentar o sistema de transporte. "É assim no mundo inteiro, mesmo em países desenvolvidos. Não se trata de inovação nacional. É preciso dotar os municípios de receita adicional para fazer frente às suas responsabilidades no estabelecimento de serviço de transporte coletivo urbano de qualidade", afirma.

A criação da Cide Municipal surgiu de proposta da Federação Nacional dos Prefeitos (FNP). O presidente da entidade, Jonas Donizette, prefeito de Campinas (SP), conta que a inspiração do tributo baseou-se em modelos já implantados em outros países, em que o sistema de transporte tem parcela importante do seu financiamento vinda de receitas extra-tarifárias. "Por isso, nos pareceu justo que cada comunidade possa decidir se os usuários do transporte motorizado particular, carros ou motos, possam colaborar modestamente com o financiamento do sistema por meio de uma contribuição que incidiria sobre a venda a varejo de combustíveis".

Donizette acredita que a celeridade da tramitação do Congresso será do tamanho da importância do tema, o que estimulará os partidos e parlamentares a enfrentarem esse assunto tão importante para a vida das pessoas. Além disso, diz ele, o Congresso não tomará decisão final sobre o tema. Caberá a cada Câmara Municipal, ouvindo a sua comunidade, decidir se implanta ou não esta contribuição no seu território.

Na opinião do presidente da FNP, os serviços de transporte estão sendo precarizados, pois o sistema tende ao colapso. As receitas tarifárias já não conseguem sustentar o sistema e há uma forte pressão para que os municípios destinem recursos orçamentários para contrapor esse desequilíbrio. "Ocorre que os recursos orçamentários, já tão demandados por outras áreas como saúde, educação e segurança, são escassos e não serão suficientes para fechar essa conta, caindo no colo do usuário uma tarifa cada vez mais cara"

Atualmente, a Constituição já prevê incidência da Cide sobre petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. A Cide-Combustíveis, criada em 2001 no governo de Fernando Henrique Cardoso, tem arrecadação estimada em R\$ 6 bilhões por ano, sendo 29% (R\$ 1,74 bilhão) para os Estados e o Distrito Federal. Desse percentual, 25% (R\$ 435 milhões) vai para os municípios.

Os recursos devem ser aplicados em: programas ambientais para reduzir os efeitos da poluição causada pelo uso de combustíveis; subsídios à compra de combustíveis; ou infraestrutura de transportes.

O presidente da FNP discorda que a criação da Cide Municipal provocará a bitributação. "Tivemos o cuidado de consultar nossos procuradores e temos robustos pareceres que indicam que essa medida não conflita com nenhuma norma jurídica ou tributária em vigor", diz.

MME / ASCOM .